



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
MIGUEL DO GUAPORÉ**
Concurso Público 001/2026
EDITAL Nº 001/2026



CONTROLADOR INTERNO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Este **CADERNO DE QUESTÕES** contém **60 questões** numeradas de 01 a 60, dispostas da seguinte maneira:

- A) Questões de número 01 a 10, relativas à área de **LÍNGUA PORTUGUESA**.
- B) Questões de número 11 a 20, relativas à área **DE LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL**.
- C) Questões de número 21 a 30, relativas à área de **CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**.
- D) Questões de número 31 a 60, relativas à área de **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**.

2. Confira se as quantidades e a ordem das questões do seu **CADERNO DE QUESTÕES** estão de acordo com as instruções anteriores, caso o caderno esteja incompleto, tenha defeito ou apresente qualquer divergência, comunique ao aplicador da sala, **IMEDIATAMENTE**, para que ele tome as providências cabíveis.

3. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 04 opções. Apenas uma responde corretamente à questão.

4. O tempo disponível para a prova objetiva e discursiva é de **5 (CINCO) HORAS**.

5. Reserve os últimos trinta minutos para preencher o **CARTÃO RESPOSTA**.

6. Quando terminar as provas, acene para chamar o aplicador e entregue-lhe este **CADERNO DE QUESTÕES, CARTÃO RESPOSTA e FOLHA DE REDAÇÃO**.

7. Você poderá deixar o local de provas levando o **CADERNO DE QUESTÕES** somente após decorridas 2 (DUAS) HORAS do início da aplicação.

8. Somente poderão sair para ir ao banheiro ou deixar o local de provas **APÓS 1(UMA) HORA**. (Exceto Candidatos Que Tenha Incontinência Urinária, Ou Candidata Gestante)

BOA PROVA!

RASCUNHO

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para responder às questões de 1 a 5.

Em seu sentido tradicional, a cidadania expressa um conjunto de direitos e de deveres que permite aos cidadãos e cidadãs o direito de participar da vida política e da vida pública, podendo votar e serem votados, participando ativamente na elaboração das leis e do exercício de funções públicas, por exemplo. Hoje, no entanto, o significado da cidadania assume contornos mais amplos, que extrapolam o sentido de apenas atender às necessidades políticas e sociais, e assume como objetivo a busca por condições que garantam uma vida digna às pessoas.

Entender a cidadania a partir da redução do ser humano às suas relações sociais e políticas não é coerente com a multidimensionalidade que nos caracteriza e com a complexidade das relações que cada um e todas as pessoas estabelecem com o mundo à sua volta. Deve-se buscar compreender a cidadania também sob outras perspectivas, por exemplo, considerando a importância que o desenvolvimento de condições físicas, psíquicas, cognitivas, ideológicas, científicas e culturais exerce na conquista de uma vida digna e saudável para todas as pessoas.

Uma questão a ser apontada é que atualmente as crianças e os adolescentes vão à escola para aprender as ciências, a língua, a matemática, a história, a física, a geografia, as artes, e apenas isso. Não existe o objetivo explícito de formação ética e moral das futuras gerações. Entendemos que a escola, enquanto instituição pública criada pela sociedade para educar as futuras gerações, deve se preocupar também com a construção da cidadania, nos moldes que atualmente a entendemos. Se os pressupostos atuais da cidadania têm como base a garantia de uma vida digna e a participação na vida política e pública para todos os seres humanos e não apenas para uma pequena parcela da população, essa escola deve ser democrática, inclusiva e de qualidade, para todas as crianças e adolescentes. Para isso, deve promover, na teoria e na prática, as condições mínimas para que tais objetivos sejam alcançados na sociedade.

Ulisses F. Araújo

Em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2192-livro-etica-e-cidadania-pdf&Itemid=30192

QUESTÃO 1

Considerando a leitura do texto, sobre a cidadania, o autor afirma que:

- A) A cidadania se resume, atualmente, na defesa do cidadão de participar da vida política e social.
- B) Aprender as ciências, a língua, a matemática, a história, a física, a geografia, as artes são pertinentes conhecimentos ligados à cidadania.
- C) A cidadania envolve inúmeros aspectos ligados à conquista de uma vida digna e saudável para todas as pessoas.
- D) Toda escola, em seus modelos de ensino, priorizam a cidadania como matéria básica.

QUESTÃO 2

O texto relata que não existe o objetivo explícito de formação ética e moral das futuras gerações, ou seja, não existe objetivo:

- A) enredado de formação ética e moral das futuras gerações.
- B) indubitável de formação ética e moral das futuras gerações.
- C) implícito de formação ética e moral das futuras gerações.
- D) inexplicável de formação ética e moral das futuras gerações.

QUESTÃO 3

Releia o trecho:

“Para isso, deve promover, na teoria e na prática, as condições mínimas para que tais objetivos sejam alcançados na sociedade.”

O trecho apontado faz referência:

- A) À escola.
- B) À cidadania.
- C) Aos estudantes.
- D) Ao ensino.

QUESTÃO 4

Analise o trecho, a seguir:

“Se os pressupostos atuais da cidadania **têm** como base a garantia de uma vida digna e a participação na vida política e pública para todos os seres humanos (...)”

O modo como o verbo foi aplicado, na oração, está correto, também, em:

- A) Esse fórum têm como papel essencial articular os diversos segmentos da comunidade escolar para que se disponham a atuar no desenvolvimento de ações mobilizadoras.
- B) Ele pode ser claramente percebido quando se têm uma atitude crítica e atenta para a compreensão da realidade.
- C) O Projeto de Direitos Humanos nas Escolas têm insistido na busca de formas de intervenção na organização escolar.
- D) Esses dois termos, ética e moral, têm significados próximos e, em geral, referem-se ao conjunto de princípios ou padrões de conduta que regulam as relações dos seres humanos com o mundo em que vivem.

QUESTÃO 5

Releia o trecho, a seguir:

“Entender a cidadania a partir da redução do ser humano às suas relações sociais e políticas não é coerente com a multidimensionalidade (...)”

O modo como a crase é utilizada, na oração, segue uma regra. Indique, entre as alternativas, onde a mesma é aplicada:

- A) Ao contrário, à medida que certas divergências afloravam, ficava mais claro que a independência dessas duas instâncias.
- B) Ficou patente, ao longo das discussões, a apreensão da perspectiva de uma educação vinculada à democracia e aos direitos humanos.
- C) O conflito torna-se, portanto, a matéria-prima à nossa constituição psíquica, cognitiva, afetiva, ideológica e social.
- D) A leitura analógica que essas obras permitem – por oposição à analítica exigida pelas primeiras – parece ter uma capacidade muito maior de promover a identificação com valores.

QUESTÃO 6

Assinale a alternativa em que a palavra destacada foi empregada em estrito desacordo com seu significado no padrão culto da língua:

- A) O corregedor preferiu não incidir no mesmo equívoco procedimental verificado na correição pretérita.
- B) O gestor público optou por prescrever o comportamento ético exigido no manual de conduta dos fiscais.
- C) O servidor solicitou a dispensa formal porque alegou infringir as normas vigentes da repartição pública.
- D) Diante do impasse administrativo, o procurador resolveu diferir o exame do mérito para a sessão seguinte.

QUESTÃO 7

Analise as frases abaixo e identifique aquela em que o **QUE** exerce a função de conjunção integrante — introduzindo uma oração subordinada substantiva:

- A) O livro **que** comprei ontem estava em promoção na livraria do centro.
- B) Foi tão intensa a chuva **que** as ruas ficaram completamente alagadas.
- C) Todos sabiam **que** a reunião seria cancelada por falta de quórum.
- D) Há mais problemas no projeto **que** o gerente imagina poder resolver.

QUESTÃO 8

Leia as frases abaixo e assinale a alternativa em que o OU exerce valor de equivalência ou explicação — e não de alternância ou exclusão entre os termos:

- A) Você prefere café ou chá com o seu café da manhã hoje?
- B) Chegue cedo ou perderá o início da apresentação do novo projeto.
- C) Estudem com atenção ou não conseguirão aprovação na prova final.
- D) O pediatra ou médico de crianças atendeu todos os pacientes da fila.

QUESTÃO 9

Considere o período:

"Embora a digitalização integral dos processos tributários municipais tenha reduzido em 40% o tempo médio de tramitação das impugnações de IPTU, o índice de recursos com efeito suspensivo deferidos pela Junta de Recursos Fiscais permaneceu estável ao longo de 2025."

Com base exclusivamente nas informações textuais do excerto, é correto afirmar que:

- A) A celeridade processual conquistada eliminou as decisões favoráveis aos contribuintes recorrentes.
- B) A estabilidade das decisões concessivas de efeito suspensivo ocorreu paralelamente ao encurtamento do rito processual.
- C) O aumento da arrecadação tributária municipal foi consequência direta da modernização eletrônica dos autos.
- D) O tempo de tramitação dos litígios caiu quase pela metade em função da rejeição liminar de impugnações protelatórias.

QUESTÃO 10

Considere a seguinte assertiva veiculada em circular interna de uma autarquia:

"A partir deste exercício orçamentário, a liberação de diárias de viagem passará a exigir comprovação documental prévia da economicidade da rota pelo setor solicitante."

A construção sintático-semântica do trecho carrega como pressuposto inegável que, até o exercício anterior:

- A) As diárias de viagem eram concedidas sem a exigência formal e antecipada de demonstração documental do menor custo de trajeto.
- B) Todos os pedidos de deslocamento encaminhados com valores excessivos eram indeferidos de pronto pela administração.
- C) O custeio das viagens intermunicipais de servidores decorria unicamente do rateio financeiro entre os participantes da comitiva.
- D) O setor solicitante já realizava a comprovação documental prévia da economicidade da rota de forma espontânea.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

QUESTÃO 11

De acordo com o art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, o prazo para interposição de recurso ordinário em face do julgamento das propostas ou do ato de habilitação/inabilitação de licitante é de:

- A) 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata.
- B) 5 (cinco) dias úteis, admitida dilação para 10 dias corridos em obras de engenharia.
- C) 8 (oito) dias corridos, contados da disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas.
- D) 15 (quinze) dias úteis, com efeito suspensivo automático e irrestrito sobre todas as fases.

QUESTÃO 12

Nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 12.527/2011 (LAI), a informação considerada imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado classificada no grau secreto vigora pelo prazo máximo de:

- A) 25 (vinte e cinco) anos.
- B) 15 (quinze) anos.
- C) 10 (dez) anos.
- D) 5 (cinco) anos.

QUESTÃO 13

Conforme as definições do art. 5º da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a pessoa natural ou jurídica indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre a instituição, os titulares e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) é o:

- A) Suboperador de dados estruturados.
- B) Encarregado (Data Protection Officer).
- C) Auditor independente de conformidade.
- D) Custodiante setorial de segurança da informação.

QUESTÃO 14

Nos termos do art. 23 da Lei nº 8.429/1992 (com alterações da Lei nº 14.230/2021), a ação destinada a levar a efeito as sanções por ato de improbidade administrativa prescreve em:

- A) 5 (cinco) anos, contados exclusivamente do término do mandato eletivo, do cargo em comissão ou da função de confiança.
- B) 4 (quatro) anos, contados da instauração formal do inquérito civil perante o Ministério Público.
- C) 8 (oito) anos, contados a partir da data da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
- D) 10 (dez) anos, ressalvada a imprescritibilidade absoluta de qualquer ação que apure violação a princípios administrativos.

QUESTÃO 15

Nos termos do art. 71 da Constituição Federal de 1988, o controle externo a cargo do Poder Legislativo é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas. Diante de irregularidade insanável ou ilegalidade constatada em despesa pública, compete diretamente à Corte de Contas:

- A) Determinar prazo para que o órgão adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei e, se não atendido, sustar a execução do ato impugnado.
- B) Declarar a perda do mandato eletivo do Chefe do Poder Executivo ordenador de despesa após rejeição de contas de governo.
- C) Revogar, de ofício e em caráter definitivo, o contrato administrativo e determinar a imediata realização de nova licitação.
- D) Decretar, por decisão autônoma e sumária de seu plenário, a quebra de sigilo telefônico dos responsáveis pelas contas julgadas irregulares.

QUESTÃO 16

A respeito da disciplina constitucional do sistema de controle interno (art. 74 da CF/88) e de sua articulação com o controle externo, assinale a afirmativa correta:

- A) O controle interno é privativo do Poder Executivo, sendo vedada a criação de órgãos setoriais de controle interno no âmbito do Poder Judiciário.
- B) A legitimidade para denunciar irregularidades perante o Tribunal de Contas restringe-se exclusivamente aos membros do Ministério Público de Contas.
- C) As decisões do controle interno possuem força vinculante e eficácia executiva imediata sobre o julgamento técnico proferido pelo Tribunal de Contas.
- D) Os responsáveis pelo controle interno que tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade dela darão ciência ao Tribunal de Contas competente, sob pena de responsabilidade solidária.

QUESTÃO 17

Pelo Estatuto dos Servidores Públicos de São Miguel do Guaporé, os registros de advertência e suspensão serão cancelados, respectivamente, após:

- A) Um e dois anos.
- B) Dois e quatro anos.
- C) Três e cinco anos.
- D) Cinco e oito anos.

QUESTÃO 18

No Plano de Cargos e Salários da Câmara, os percentuais previstos para progressão em categoria e progressão em classe correspondem, respectivamente, a:

- A) 3% e 2%.
- B) 3% e 5%.
- C) 5% e 10%.
- D) 2% e 3%.

QUESTÃO 19

Em conformidade com as regras gerais sobre o processo legislativo e a competência da Câmara Municipal expressas na Lei Orgânica do Município de São Miguel do Guaporé/RO, as emendas à referida Lei Orgânica serão promulgadas pela(o):

- A) Prefeito Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
- B) Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação.
- C) Procurador-Geral do Município, após homologação judicial.
- D) Mesa Diretora da Câmara Municipal, com o respectivo número de ordem.

QUESTÃO 20

Conforme o Regimento Interno da Câmara de São Miguel do Guaporé, as três Comissões Permanentes são compostas, cada uma, por:

- A) Dois membros.
- B) Três membros.
- C) Quatro membros.

D) Cinco membros.

CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

QUESTÃO 21

Dos crimes contra a administração pública, define-se como concussão:

- A) Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.
- B) Extraviar livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo; sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente.
- C) Modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente.
- D) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

QUESTÃO 22

Com a vigência da Lei nº 14.230/2021, a caracterização de improbidade administrativa por ofensa aos princípios da administração pública (art. 11 da LIA) passou a exigir que a conduta:

- A) Amolde-se estritamente às hipóteses taxativas (numerus clausus) expressamente previstas nos incisos do respectivo artigo.
- B) Seja enquadrada em cláusula geral aberta por analogia judicial, bastando a constatação de mera culpa funcional grave.
- C) Dispense a demonstração de lesividade relevante ao bem jurídico tutelado pelo Estado.
- D) Gere enriquecimento patrimonial ilícito direto para o agente público infrator.

QUESTÃO 23

A respeito do regime da tutela de urgência de indisponibilidade de bens disciplinado no art. 16 da Lei nº 8.429/1992, com as alterações da Lei nº 14.230/2021, assinale a afirmativa correta:

- A) A indisponibilidade recai de forma automática e presumida (periculum in mora presumido), sem necessidade de prova de risco de dilapidação.
- B) O deferimento da medida prescinde da demonstração de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo.
- C) A indisponibilidade pode alcançar bens da pessoa jurídica que não participou do ato e não auferiu qualquer benefício financeiro.
- D) O pedido de indisponibilidade exige a demonstração, no caso concreto, de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, vedada a presunção de dilapidação.

QUESTÃO 24

Conforme o art. 4º da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), em caso de alteração contratual,

transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, a responsabilidade da pessoa jurídica:

- A) Extingue-se integralmente em relação às obrigações pecuniárias decorrentes de atos ilícitos pretéritos da sociedade incorporada.
- B) Converte-se em responsabilidade estritamente subjetiva com ônus exclusivo de prova transferido para a Administração Pública lesada.
- C) Subsiste, limitando-se a responsabilidade dos sucessores, nos casos de fusão e incorporação, até o limite do patrimônio transferido, quanto ao pagamento de multa e reparação integral do dano.
- D) Transfere-se integralmente com incidência ilimitada de novas sanções de perdimento de bens além do patrimônio transferido.

QUESTÃO 25

Nos termos do art. 16 da Lei Anticorrupção, a celebração de acordo de leniência pela autoridade administrativa competente com a pessoa jurídica colaboradora pressupõe a observância de requisitos legais cumulativos, dentre os quais figura:

- A) A exigência de que a pessoa jurídica admita a conduta sem a obrigação de cessar seu envolvimento na infração apurada.
- B) A comprovação de que a empresa foi a primeira a manifestar interesse em cooperar para a apuração do ato lesivo específico, quando tal circunstância for relevante.
- C) A dispensa irrestrita do ressarcimento da totalidade do dano causado ao erário público.
- D) A homologação prévia e indispensável pelo Tribunal de Contas respectivo sob pena de nulidade absoluta do termo.

QUESTÃO 26

No peculato culposo, a reparação do dano realizada após sentença irrecorrível produz qual efeito:

- A) Extingue a punibilidade.
- B) Reduz metade da pena.
- C) Exclui a culpabilidade.
- D) Afasta a reincidência.

QUESTÃO 27

O agente exige vantagem indevida antes de assumir a função pública, mas em razão dela. Conforme o Código Penal, configura-se:

- A) Prevaricação.
- B) Corrupção ativa.
- C) Concussão.
- D) Advocacia administrativa.

QUESTÃO 28

O funcionário, cedendo à influência de terceiro, deixa de praticar ato de ofício com infração de dever funcional. A conduta caracteriza:

- A) Peculato culposo.

- B) Condescendência criminosa.
- C) Corrupção passiva simples.
- D) Corrupção passiva privilegiada.

QUESTÃO 29

Para efeitos penais, equipara-se a funcionário público quem trabalha para empresa contratada pela Administração para executar:

- A) Atividade administrativa típica.
- B) Atividade econômica privada.
- C) Serviço comercial autônomo.
- D) Empreendimento industrial comum.

QUESTÃO 30

Dos crimes contra a administração pública, excesso de exação é caracterizado por:

- A) Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.
- B) Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
- C) Inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano.
- D) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

No modelo COSO I, o componente que estabelece a postura de integridade, valores éticos e estrutura organizacional da entidade, servindo de base para todos os demais componentes do controle interno, denomina-se:

- A) Atividades de controle.
- B) Ambiente de controle.
- C) Avaliação de riscos.
- D) Monitoramento contínuo.

QUESTÃO 32

No framework COSO ERM (Gestão de Riscos Corporativos integrada com Estratégia e Desempenho), o conceito que expressa a quantidade e o tipo de risco que uma organização está disposta a aceitar na busca pela geração de valor é a(o):

- A) Capacidade de risco.
- B) Tolerância ao risco.
- C) Risco residual ponderado.
- D) Apetite a risco (risk appetite).

QUESTÃO 33

A respeito da articulação técnica entre os frameworks COBIT (ISACA) e a norma ABNT NBR ISO 31000:2018, assinale a opção correta:

- A) O COBIT adota a premissa de que a governança e o gerenciamento de TI compreendem exatamente o mesmo tipo de atividade operacional.
- B) A norma ISO 31000 prescreve um modelo fechado e de certificação compulsória para os sistemas de auditoria contábil governamentais.
- C) O COBIT diferencia formalmente governança (avaliar, direcionar e monitorar - EDM) de gerenciamento (planejar, construir, executar e monitorar).
- D) A ISO 31000 define o risco estritamente como a probabilidade matemática de ocorrência de eventos danosos de natureza financeira.

QUESTÃO 34

Nos termos do art. 121, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, nas contratações de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá:

- A) solidariamente pelos encargos trabalhistas e previdenciários, independentemente de culpa.
- B) subsidiariamente pelos encargos previdenciários e solidariamente pelos trabalhistas, se comprovada culpa do contratado.
- C) subsidiariamente pelos encargos trabalhistas e previdenciários, desde o simples inadimplemento do contratado.
- D) solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos trabalhistas, em caso de inadimplemento do contratado e comprovada falha na fiscalização.

QUESTÃO 35

Conforme o art. 31, § 1º, I, da Lei nº 12.527/2011, as informações pessoais relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem terão acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo máximo de:

- A) 25 anos, contado da classificação.
- B) 50 anos, contado do arquivamento.
- C) 100 anos, contado da produção.
- D) 100 anos, contado do falecimento do titular.

QUESTÃO 36

Segundo o art. 26, § 1º, I, da Lei nº 13.709/2018, constitui exceção à vedação de transferência, pelo Poder Público, de dados pessoais de suas bases a entidades privadas:

- A) a existência de interesse econômico relevante da entidade destinatária.
- B) a autorização tácita do titular, aferida pela ausência de oposição.
- C) a conveniência administrativa, ainda que ausente finalidade determinada.
- D) a execução descentralizada de atividade pública que exija a transferência, exclusivamente para finalidade específica e determinada.

QUESTÃO 37

A auditoria baseada em riscos — ABR —, é metodologia que orienta o planejamento e a execução dos trabalhos de auditoria interna pela priorização das áreas e processos de maior risco para os objetivos organizacionais. O documento que formaliza o universo auditável — relacionando todos os processos, unidades e sistemas passíveis de auditoria —, com a pontuação de risco inerente e residual de cada objeto, e que orienta a seleção dos trabalhos a serem incluídos no Plano Anual de Auditoria Interna — PAINT —, é denominado:

- A) Matriz de riscos e controles — MRC pelo mapeamento dos riscos e controles associados a cada processo auditável.
- B) Relatório preliminar pelo registro dos achados identificados antes da manifestação do auditado.
- C) Plano de ação pelo conjunto de medidas corretivas propostas após a conclusão do trabalho de auditoria.
- D) Programa de auditoria pelo detalhamento dos procedimentos a serem executados em cada trabalho.

QUESTÃO 38

Os controles internos são classificados conforme o momento de atuação em relação à ocorrência do evento de risco. O controle denominado detectivo — que atua após a ocorrência do evento, identificando erros, irregularidades ou fraudes já consumadas para acionar a resposta corretiva —, diferencia-se do controle preventivo porque:

- A) Atua antes do evento impedindo sua ocorrência pela eliminação da causa raiz do risco identificado.
- B) Atua durante ou após o evento identificando desvios já ocorridos para acionamento de medidas corretivas.
- C) Atua após o evento restaurando a situação anterior ao dano pela correção dos efeitos da irregularidade.
- D) Atua de forma contínua sobre todos os processos sem distinção temporal entre prevenção e detecção.

QUESTÃO 39

O Balanced Scorecard aplicado ao planejamento estratégico do controle interno organiza os objetivos e indicadores de desempenho da unidade de auditoria em perspectivas interligadas. O indicador de desempenho da perspectiva de processos internos da unidade de auditoria — que mensura a eficiência operacional dos trabalhos realizados —, sendo o mais utilizado para avaliação da produtividade da equipe de auditoria interna pelo IIA, é o:

- A) Taxa de implementação de recomendações pelo percentual de recomendações acatadas pela gestão.
- B) Percentual de cobertura do universo auditável pelo número de objetos auditados em relação ao total mapeado.
- C) Índice de tempestividade dos relatórios pelo prazo médio entre o encerramento do trabalho e a emissão do relatório.
- D) Grau de satisfação dos auditados pelo resultado das pesquisas de percepção aplicadas após cada trabalho.

QUESTÃO 40

De acordo com o Referencial Básico de Governança Pública publicado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a governança corporativa no setor público opera por meio de três mecanismos essenciais, que são:

- A) Liderança, estratégia e controle.
- B) Planejamento, execução e fiscalização.
- C) Hierarquia, normatização e sanção.
- D) Eficiência, impessoalidade e publicidade.

QUESTÃO 41

Conforme a atualização do Modelo das Três Linhas do Institute of Internal Auditors (IIA), a terceira linha de atuação distingue-se das demais por exercer função precípua de:

- A) Prestação de avaliação independente, objetiva e assessoria sobre a adequação e eficácia da governança e da gestão de riscos.
- B) Monitoramento contínuo da conformidade regulatória e gestão do risco concorrencial integrada à alta administração.
- C) Aprovação final do plano estratégico plurianual e definição do apetite a risco do órgão governamental.
- D) Execução direta dos controles operacionais cotidianos e entrega final dos produtos e serviços aos usuários.

QUESTÃO 42

Segundo as diretrizes de integridade pública e governança fixadas pela Controladoria-Geral da União (CGU), a instância responsável pelo direcionamento e supervisão do Programa de Integridade de um órgão público é:

- A) O terceiro contratado via licitação pública para auditar os balanços contábeis.
- B) A comissão permanente de sindicância disciplinar, de forma isolada e terminativa.
- C) O comitê de credores concursais, mediante delegação expressa do órgão ministerial.
- D) A alta administração da organização, demonstrando compromisso explícito e apoio visível.

QUESTÃO 43

Nos termos do art. 167, § 5º, da Constituição Federal, a movimentação de recursos sem prévia autorização legislativa é admitida:

- A) entre categorias de programação de ciência, tecnologia e inovação, por ato do Executivo, para projetos restritos a essas funções.
- B) entre órgãos de qualquer função estatal, mediante decreto autônomo e demonstração de superávit financeiro.
- C) entre programas da seguridade social, mediante autorização da junta de execução orçamentária.
- D) entre despesas correntes e de capital, quando preservado o resultado primário estabelecido na LDO.

QUESTÃO 44

Conforme o art. 69 da Lei nº 4.320/1964, não poderá receber adiantamento:

- A) o servidor responsável por um adiantamento.
- B) o servidor ocupante de cargo comissionado.
- C) o ordenador sem delegação financeira.
- D) o servidor em alcance ou responsável por dois adiantamentos.

QUESTÃO 45

Para determinar a disponibilidade de caixa exigida pelo art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000, seu parágrafo único estabelece que serão considerados:

- A) os restos a pagar processados do mandato.
- B) os encargos e despesas compromissadas até o fim do exercício.
- C) as despesas liquidadas nos dois últimos quadrimestres.
- D) os compromissos exigíveis até o encerramento do mandato.

QUESTÃO 46

O modelo de maturidade do controle interno — baseado no COSO-IC e adaptado pelo TCU e pela CGU para o setor público brasileiro —, classifica as organizações em níveis progressivos de desenvolvimento dos controles internos. O nível de maturidade que descreve a organização cujos controles internos são documentados, padronizados e comunicados formalmente — com processos definidos e aplicados de forma consistente —, mas ainda sem mecanismos sistemáticos de monitoramento contínuo e melhoria baseada em evidências, é o nível denominado:

- A) Inicial ou ad hoc pelo controle dependente de esforços individuais sem padronização formal.
- B) Gerenciado pelo controle mensurado com indicadores e comparado a metas estabelecidas.
- C) Definido pelo controle documentado e padronizado com processos formalizados e comunicados.
- D) Otimizado pelo controle em melhoria contínua com inovação e benchmarking sistemático.

QUESTÃO 47

O monitoramento da gestão pública pelo controle interno utiliza indicadores de desempenho organizados em diferentes dimensões da avaliação. O framework de avaliação de desempenho governamental que estrutura os indicadores em seis dimensões — economicidade, eficiência, eficácia, efetividade, equidade e sustentabilidade —, sendo adotado pelo TCU como referencial para auditorias operacionais e de desempenho nos órgãos federais, é o modelo denominado:

- A) Balanced Scorecard público pelas quatro perspectivas adaptadas ao setor público.
- B) Gespública — Modelo de Excelência em Gestão Pública pelos critérios de qualidade e resultado.

- C) 6Es do desempenho pelo framework multidimensional de avaliação da ação governamental.
- D) Cadeia de valor público pelo mapeamento de insumos, processos, produtos e impactos.

QUESTÃO 48

A avaliação de programas governamentais pelo controle interno utiliza a teoria do programa — ou modelo lógico —, como instrumento de planejamento e monitoramento. O componente do modelo lógico que representa os bens e serviços diretamente produzidos pela execução do programa — mensuráveis no curto prazo pela gestão —, distinguindo-se dos impactos de longo prazo na população-alvo, é denominado:

- A) Resultados ou impactos pelas mudanças de longo prazo na condição da população-alvo.
- B) Insumos pelos recursos humanos, financeiros e materiais utilizados na execução do programa.
- C) Atividades pelas ações realizadas para transformar os insumos em resultados do programa.
- D) Produtos pelos bens e serviços entregues diretamente pela execução do programa no curto prazo.

QUESTÃO 49

Consoante a sistemática de controle externo estabelecida na Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência vinculante fixada pelo Supremo Tribunal Federal (Temas 157 e 835 de Repercussão Geral), o julgamento de todas as contas anuais prestadas por Chefe do Poder Executivo municipal — compreendendo tanto as contas de governo quanto as contas de gestão por atos de ordenação de despesas —, compete:

- A) Exclusivamente à Câmara de Vereadores, cabendo ao Tribunal de Contas apenas a emissão de parecer prévio de caráter opinativo.
- B) Ao Tribunal de Contas competente quanto aos atos de ordenação de despesa e à Câmara Municipal quanto às contas de governo.
- C) Ao Tribunal de Contas de modo definitivo, operando a sua decisão eficácia de caso julgado material imutável perante o Poder Judiciário.
- D) À comissão mista e paritária formada por conselheiros do Tribunal de Contas e parlamentares municipais.

QUESTÃO 50

Nos termos da Lei Complementar Estadual nº 154/1996 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia), a respeito do processo de consulta formulado por autoridade legitimada em tese sobre matéria de competência do Tribunal, a resposta proferida pelo Plenário:

- A) Possui natureza meramente orientativa sem constituir prejudgamento de fato ou de caso concreto, desprovida de eficácia normativa.
- B) Tem caráter normativo e constitui prejudgamento da tese, mas não do fato ou de caso concreto.

- C) Vincula compulsoriamente os magistrados estaduais de primeira instância no julgamento de ações civis públicas.
- D) Só pode ser apreciada se for instruída com parecer prévio favorável emitido pela Procuradoria-Geral de Justiça.

QUESTÃO 51

Em consonância com o art. 71, § 3º, da CF/88 e a Lei Complementar Estadual nº 154/1996, o acórdão do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia de que resulte imputação de débito ou aplicação de multa:

- A) Exige prévia homologação pelo Tribunal de Justiça do Estado para que possa ser executado em juízo.
- B) Depende de ratificação expressa da Assembleia Legislativa no prazo decadencial de trinta dias para produzir efeitos patrimoniais.
- C) Tem eficácia de título executivo extrajudicial, cabendo a sua cobrança judicial à Procuradoria do ente estatal lesado ou credor.
- D) Prescreve para fins de execução judicial no prazo improrrogável de dois anos a contar da juntada da notificação originária.

QUESTÃO 52

Para os fins do art. 24, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 4.657/1942, constitui orientação geral:

- A) o parecer jurídico proferido em processo individual.
- B) a prática administrativa episódica e interna.
- C) a jurisprudência administrativa majoritária.
- D) a decisão controladora ainda recorrível.

QUESTÃO 53

Segundo a Parte I, item 4.7.4.2, do MCASP – 11ª edição, ocorrido o fato gerador antes do encerramento do exercício, sem liquidação, a despesa será inscrita como:

- A) resto a pagar não processado em liquidação.
- B) resto a pagar processado a pagar.
- C) despesa de exercício anterior.
- D) crédito empenhado a liquidar.

QUESTÃO 54

Conforme a Parte II, item 11.4.1, do MCASP – 11ª edição, a diminuição decorrente da reavaliação de classe do ativo, havendo reserva correspondente, será:

- A) diferida até a alienação do ativo.
- B) reconhecida integralmente como VPD (*Variação Patrimonial Diminutiva*).
- C) compensada com reservas de qualquer classe.
- D) debitada à reserva até o saldo da respectiva classe.

QUESTÃO 55

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública — prevista no artigo 70 da CF/88 —, é exercida pelo Congresso Nacional com o auxílio do TCU e pelos sistemas de controle interno de cada Poder. O dispositivo

constitucional que estabelece a obrigação de prestar contas de qualquer pessoa física ou jurídica que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos — ampliando a sujeição ao controle externo para além dos agentes públicos formais —, é o princípio da:

- A) Legalidade pela vinculação de todos os atos à lei orçamentária e às normas de execução financeira.
- B) Universalidade da jurisdição do TCU pelo alcance do controle externo a todos os gestores de recursos públicos.
- C) Prestação de contas universal pelo dever de accountability de todo gestor de recurso público independente do vínculo.
- D) Economicidade pelo controle da relação custo-benefício dos gastos públicos pelo TCU.

QUESTÃO 56

O conceito de accountability na gestão pública — sistematizado por Andreas Schedler —, é estruturado em três dimensões interdependentes: informação — transparência dos atos e resultados —, justificação — capacidade de explicar e fundamentar as decisões —, e sanção — aplicação de consequências pelo descumprimento. O mecanismo de accountability denominado horizontal — descrito por Guillermo O'Donnell —, que se diferencia do accountability vertical eleitoral pela natureza do agente que exerce o controle, é exercido por:

- A) Cidadãos e eleitores pelo voto e pelos mecanismos de participação democrática direta.
- B) Imprensa e organizações da sociedade civil pelo monitoramento e pela denúncia pública.
- C) Organismos internacionais pelo monitoramento externo das políticas públicas e dos acordos firmados.
- D) Agências estatais com autoridade legal para supervisionar, investigar e sancionar outros órgãos do Estado.

QUESTÃO 57

O Decreto nº 9.203/2017 — que dispõe sobre a política de governança da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional —, estabelece princípios e diretrizes de governança pública e cria instâncias de governança nos órgãos federais. O mecanismo de governança interna determinado pelo Decreto nº 9.203/2017 que exige a criação de comitê interno de governança nos órgãos —, com a atribuição de apoiar a alta administração na tomada de decisão sobre temas estratégicos e na supervisão dos controles internos e da gestão de riscos —, é denominado:

- A) Conselho de administração pela instância máxima de deliberação estratégica nas entidades da administração indireta.
- B) Comitê interno de governança pelo apoio à alta administração em temas estratégicos e supervisão dos controles.

- C) Unidade de auditoria interna governamental — UAIG pela avaliação independente dos controles da organização.
- D) Ouvidoria pelo canal de recebimento de manifestações dos cidadãos sobre os serviços prestados.

QUESTÃO 58

Nos termos do art. 77 da Lei Federal nº 4.320/1964, a verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária realizada pelo sistema de controle interno da Administração Pública será exercida de forma:

- A) Prévia, concomitante e subsequente.
- B) Exclusivamente prévia ao empenho da despesa.
- C) Concomitante, vedadas avaliações posteriores à liquidação do crédito.
- D) Subsequente, mediante remessa obrigatória e exclusiva de balancetes mensais.

QUESTÃO 59

Segundo o art. 13 do Decreto-Lei nº 200/1967, o controle das atividades da Administração Federal deverá exercer-se em todos os níveis e em todos os órgãos, compreendendo particularmente:

- A) A substituição compulsória das instâncias operacionais de auditoria pelas chefias de gabinete ministerial.
- B) O controle da chefia imediata sobre a execução dos programas e a observância das normas reguladoras da atividade funcional.
- C) A fiscalização orçamentária restrita aos contratos com valor superior ao teto licitatório da modalidade concorrência.
- D) A dispensa de verificação do cumprimento de metas para órgãos integrantes da administração pública indireta.

QUESTÃO 60

De acordo com o art. 74 da Constituição Federal de 1988, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com finalidades expressas, dentre as quais NÃO se inclui:

- A) Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- B) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.
- C) Julgar em definitivo as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos com força de coisa julgada.
- D) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.